SG COMÉRCIO EXTERIOR S.A.
CNPJ Nº 16.766.164/0001-64
R. Alvarenga Peixoto, 295 - 3º andar - S/302 - B. Lourdes - BH-MG

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.762	25.120
Clientes no exterior	4	153.996	1.339
Adiantamentos a fornecedores	5	2.043	4.735
Estoques	6	60.901	88.149
Outros ativos circulantes		2.791	142
		224.493	**119.485**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	12-a.2	5.825	5.825
Imobilizado	8	69	68
Intangível	9	4	4
		5.898	**5.897**
Total do Ativo		**230.391**	**125.382**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	10	19.964	13.760
Financiamento para exportação	11	190.973	72.059
Adiantamentos de clientes		8.497	27.235
Obrigações trabalhistas		139	136
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	12	3	7
Obrigações tributárias		56	36
Passivo fiscal diferido	7	-	256
		219.632	**113.489**
Não Circulante			
Provisão para contingência CSLL	12-a	5.298	5.298
		5.298	**5.298**
Patrimônio Líquido	13		
Capital Social		4.462	4.462
Reserva de lucros		999	2.133
		5.461	**6.595**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**230.391**	**125.382**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - legal	Reservas de lucros - retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022		**4.462**	**892**	**723**	**-**	**6.077**
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	7.241	7.241
Dividendos Obrigatórios 2022 conforme AGO de 13/03/2023		-	-	(723)	-	(723)
Dividendos Obrigatórios Complementares		-	-	-	(363)	(363)
Distribuição de Lucro Complementar		-	-	-	(5.637)	(5.637)
Constituição de reserva de lucros a distribuir	12-b	-	-	1.241	(1.241)	-
Saldos em 31.12.2023		**4.462**	**892**	**1.241**	**-**	**6.595**
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	5.507	5.507
Dividendos Obrigatórios 2023 conforme AGO de 23/04/2024		-	-	(1.241)	-	(1.241)
Dividendos Obrigatórios Complementares		-	-	-	(275)	(275)
Distribuição de Lucro Complementar		-	-	-	(5.125)	(5.125)
Reserva de Lucros a Realizar		-	-	107	(107)	-
Saldos em 31.12.2024		**4.462**	**892**	**107**	**-**	**5.461**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida		**932.779**	**915.768**
Custo dos produtos vendidos		(881.131)	(899.720)
Lucro operacional bruto	14	**51.648**	**16.048**
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas comerciais		(25.589)	(16.652)
Despesas administrativas		(1.337)	(1.863)
Despesas com pessoal e encargos		(1.876)	(1.739)
Despesas tributárias		(1.169)	(690)
Outras receitas/despesas operacionais		1.556	(45)
		(28.415)	**(20.989)**
Lucro antes dos resultados financeiros		**23.233**	**(4.941)**
Despesas financeiras		(9.216)	(9.374)
Receitas financeiras		14.591	14.104
Variação cambial líquida		(21.006)	11.169
Receitas eventuais		-	-
Lucro antes dos impostos		**7.602**	**10.958**
Provisão para IRPJ	12	(3.657)	(2.857)
Provisão para CSLL	12	(1.325)	(1.037)
Provisão/Reversão IRPJ/CSLL diferidos	12	2.887	177
Lucro líquido do exercício		**5.507**	**7.241**
Lucro líquido por ação - em reais		**9,48**	**12,46**

Demonstração dos Resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	**5.507**	**7.241**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**5.507**	**7.241**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**5.507**	**7.241**
Depreciação e amortização	20	17
	5.527	**7.258**
Variação nos ativos e passivos		
Diminuição (Aumento) de clientes no exterior	(152.657)	29.330
Diminuição (Aumento) de adiantamentos a fornecedores	2.692	(2.702)
Diminuição (Aumento) de estoques	27.248	(6.395)
Diminuição (Aumento) de outros ativos circulantes	(2.649)	119
Aumento (Diminuição) de fornecedores	6.204	5.482
Aumento (Diminuição) de financiamento p/ exportação (ACC)	118.914	(25.115)
Aumento (Diminuição) obrigações trabalhistas	3	20
Aumento (Diminuição) imposto de renda e contribuição social a pagar	(4)	7
Aumento (Diminuição) obrigações tributárias	20	(67)
Aumento (Diminuição) provisão para impostos diferidos	(256)	(177)
Aumento (Diminuição) de adiantamentos de clientes	(18.738)	14.883
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**(13.696)**	**22.643**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição ao imobilizado	(21)	(12)
Disponibilidades líquidas consumidas pelas atividades de investimentos	**(21)**	**(12)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros retidos	(1.241)	(723)
Dividendos obrigatórios exercício	(275)	(363)
Dividendos complementares	(5.125)	(5.637)
Disponibilidades líquidas consumidas pelas atividades de financiamentos	**(6.641)**	**(6.723)**
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	**(20.358)**	**15.908**
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa		
No início do período	25.120	9.212
No fim do período	4.762	25.120
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	**(20.358)**	**15.908**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais)

1- Contexto Operacional - A SG COMÉRCIO EXTERIOR S.A. é uma Sociedade que tem como objeto social, o comércio interno e externo de matérias primas para siderurgia, produtos siderúrgicos, metalúrgicos e manufaturados em geral; o comércio interno e externo de produtos siderúrgicos e metalúrgicos para construção; a prestação de serviços na comercialização de matérias primas para siderurgia, produtos siderúrgicos, metalúrgicos e manufaturados em geral. Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis, o comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos.

2- Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis - Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras da Sociedade são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas -** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado, e (iii) contabilização de provisões. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros. **Moeda funcional e apresentação -** A moeda funcional da Sociedade e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. A administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2025. **Resumo das principais práticas contábeis -** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: **a) Apuração do resultado -** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita financeira é reconhecida em base "pro-rata-dia" com base no resultado da taxa de juros efetiva **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem caixa, bancos e aplicações financeiras resgatáveis até o prazo de 90 dias, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **c) Instrumentos financeiros -** A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **d) Estoques -** Estão registrados pelo custo de aquisição, ajustado, quando aplicável, por provisão para ajuste ao valor de mercado quando o valor justo registrado for superior ao valor de realização. **e) Imobilizado -** Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. • Perda ao valor recuperável dos ativos (impairment), quando aplicável. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. **f) Passivos circulantes e não circulantes -** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social -** O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base na legislação fiscal, vigente para apuração do lucro tributável, sobre o qual são aplicáveis, as alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10%, sobre o valor apurado excedente a R$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social.

3- Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos de caixa e equivalentes de caixa podem ser demonstrados como segue:

	2024	2023
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	34	116
Aplicações Financeiras	4.715	5.409
Disponibilidades em moeda estrangeira	8	19.590
Total	**4.762**	**25.120**

O saldo em aplicações financeiras cujo vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que não possuem risco de variação significativa de valor, em caso de resgate antecipado, é classificado como caixa e equivalentes de caixa.

4- Clientes no exterior - Os valores são provenientes de exportações realizadas a clientes no exterior, mensurados em moeda estrangeira e convertidos em real pela taxa da data base do balanço.

5- Adiantamentos a fornecedores - Saldo referente à pré-pagamentos concedidos a fornecedores, cuja baixa ocorrerá quando da entrega do ferro gusa e/ou minério de manganês, conforme contrato entre as partes.

6- Estoques - O saldo de estoques é representado por ferro gusa e minério de manganês destinado à exportação e estão registrados ao custo específico de aquisição que não excede o valor de realização.

7- Ativo e passivo fiscal diferido - Os saldos de ativo e passivo fiscal diferido podem ser demonstrados como segue:

Passivo fiscal diferido

	2024	2023
CSLL s/ lucro diferido	-	74
IRPJ s/ lucro diferido	-	182
Total	**-**	**256**

8- Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldos em 2023	Adição	Baixa	Saldos em 2024
Hardware	20%	197	3	-	200
Móveis e utensílios	10%	157	-	-	157
Máq., aparelho, equip e instalações	10%	111	18	-	129
Subtotal		**465**	**21**	**-**	**486**
Depreciação acumulada		**(397)**	**(20)**	**-**	**(417)**
Total		**68**	**1**	**-**	**69**

A Sociedade, na forma do CPC-27, procedeu a revisão dos critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos itens que compõem seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Os resultados obtidos naquela revisão e nas revisões anuais subsequentes não indicaram divergências significativas em relação às taxas de depreciação praticadas, nem necessidade de constituição de provisão quanto à perda de valor dos bens em relação a seu valor recuperável.

9- Intangível

	Taxa de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Baixa	Saldos em 2024
Licenças de Softwares	20%	49	-	-	49
		49			**49**
Amort. Acumulada		**(45)**	**-**	**-**	**(45)**
Total		4	-	-	4

10- Fornecedores - O saldo é representado por valores devidos a fornecedores pela aquisição de mercadorias destinadas à exportação.

11- Financiamento para exportação (acc) - Os financiamentos para exportação são efetuados em instituições financeiras de primeira linha, estão sujeitos as variações cambiais mais juros que variam de 6,80% a 7,85% a.a. e, o seu vencimento é previsto para ocorrer até 29 de março de 2025. **Imposto de renda e contribuição social - (a) Imposto de Renda e Contribuição Social - a1)** A provisão para Imposto de Renda é calculada com base no lucro real, que partindo do lucro contábil é ajustado por adições e exclusões determinadas pela legislação vigente. **a2)** A provisão para Contribuição Social é calculada em bases semelhantes às do Imposto de Renda. A partir de 2002, a Sociedade, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos, quanto à abrangência da imunidade concedida às empresas exportadoras, pela Emenda Constitucional 33/2001, moveu Ação Declaratória contra a União Federal, visando estender a imunidade concedida ao PIS e a COFINS também à CSLL incidentes sobre suas receitas de exportação, efetuando depósitos judiciais sobre os valores da CSLL provisionados como contingência. A sentença da 1ª Instância julgou o pedido improcedente. Em grau de apelação interposta pela Sociedade, o TRF da Região deu provimento ao recurso e reformulou a sentença, que passou a ser favorável à Sociedade. Após julgamento pelo STF de ação de mesma natureza, de empresa Comercial Exportadora do sul do país, o resultado da demanda se inverteu, a partir do provimento a embargos de declaração então opostos pela União Federal. Pela Sociedade, foram opostos embargos de declaração, como tentativa de manter a discussão sob judice, confiando-se numa eventual alteração do entendimento jurisprudencial. O recurso então interposto ficou, por anos, aguardando julgamento no âmbito do TRF da 1ª Região. Com a remessa dos autos para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região e, com a retomada da tramitação processual, os embargos declaratórios opostos pela Empresa foram julgados e rejeitados nos últimos dias do ano de 2023. Por decisão da Empresa, não foram interpostos recursos, tendo a decisão desfavorável finalmente transitado em julgado. Com o retorno dos autos à primeira instância, resta apenas um debate a respeito do desfecho a ser dado quanto ao saldo do depósito judicial, sendo certo que a Empresa promoveu depósitos "a maior", estando, por isso, a demandar o levantamento parcial dos valores. **(b) Conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nos exercícios findos em 31 de dezembro.**

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2024	2023	2024	2023
Resultado contábil antes do IR e CS	**7.601**	**10.958**	**7.601**	**10.958**
Alíquotas nominais conforme legislação	9,00%	9,00%	25,00%	25,00%
Imposto de renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	684	986	1.900	2.740
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Despesas permanentes não dedutíveis	44	46	44	46
Despesas temporárias não dedutíveis	8.633	518	8.633	518
Exclusão de receitas não tributáveis	(1.555)	-	(1.555)	-
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	14.723	11.522	14.723	11.522
IRPJ e CSLL efetiva	1.325	1.037	3.657	2.857
Imposto devido	**1.325**	**1.037**	**3.657**	**2.857**
Alíquotas efetivas do imposto de renda e contribuição social	17,43%	9,46%	48,11%	26,02%
Imposto devido	1.325	1.037	3.657	2857
Imposto diferido	(702)	(47)	(1.928)	(130)
Total provisionado	**623**	**990**	**1.729**	**2.727**
Imposto efetivo a pagar	**1.325**	**1.037**	**3.657**	**2.857**
Imposto pago durante o exercício	(1.322)	(1.033)	(3.651)	(2.851)
IRRF	-	-	(119)	(3)
Saldo a pagar / (a recuperar)	**3**	**4**	**(113)**	**3**

12- Patrimônio líquido - a) Capital Social - O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está representado por 581.070 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no Brasil.**b) Reservas de Lucros - b1)** Reserva Legal: É constituída, quando aplicável, à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social.**b2)** Lucros Retidos: É constituída, quando aplicável, com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. **c) Dividendos -** O dividendo mínimo obrigatório é de 5% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. Em 2024, a Sociedade optou por distribuir antecipadamente dividendos R$ 5.400 mil.

13- Lucro operacional bruto

	2024	2023
Receitas de revenda		
Ferro Gusa	932.779	915.768
	932.779	**915.768**
Custo de revenda		
Ferro Gusa	(881.131)	(899.720)
	(881.131)	**(899.720)**
Total	**51.648**	**16.048**

14- Instrumentos financeiros - A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, substancialmente refletidos em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2024, os valores dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivalem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

15- Seguros - Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade possuía cobertura de seguros para o escritório de sua sede administrativa considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e riscos.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Cumprindo disposições legais, estamos apresentando a seguir o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de Dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Belo Horizonte, 07 de Março de 2025. A Diretoria.

ASSINATURAS:

Manoel Ferreira Guimarães Neto - Presidente

Leonardo de Araújo Almeida - Diretor Comercial

Andréa Fernandes Cardoso Peçanha – Contadora CRC MG – 53865-O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Acionistas e Diretores da **SG COMÉRCIO EXTERIOR S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da **SG COMÉRCIO EXTERIOR S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SG COMÉRCIO EXTERIOR S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que à auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Sociedade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Sociedade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S. - CRC-01-MG-4553 – O

Alexandre Oliveira Chagas

Auditor Responsável - CRC-MG- 075751/ O-7

Fernanda Filizzola Mattos de Santos

Auditora Responsável - CRC-MG-113.796/O-0

Publicidade legal é sinônimo de transparência. Mas, no lugar certo, também é de credibilidade.

É por meio da publicidade legal que o mercado e a sociedade têm acesso à informação, auxiliando nas decisões e nos investimentos. Uma publicação tão importante que merece ser feita em um veículo com mais de 90 anos de credibilidade.

- Atendimento integral à legislação vigente para publicidade legal;
- Edições e páginas certificadas digitalmente e datadas;
- Portal com ferramenta de busca rápida para facilitar o acesso às informações publicadas;
- Audiência altamente qualificada;
- Atendimento personalizado.

Diário do Comércio

ANUNCIE: 31 3469-2007 | 31 999592706
comercial@diariodocomercio.com.br